

Maura Soares

Assunto: Substituição do requerimento - 664/XII - Investimentos no sector espacial na ilha de Santa Maria
Anexos: 20230627 Requerimento - Investimentos no sector espacial na ilha de Santa Maria.docx;
20230627 Requerimento - Investimentos no sector espacial na ilha de Santa Maria.pdf

De: Joao Cordeiro <jcordeiro@alra.pt>

Enviada: 27 de junho de 2023 16:00

Para: arquivo <arquivo@alra.pt>

Assunto: Substituição do requerimento - 664/XII - Investimentos no sector espacial na ilha de Santa Maria

Boa tarde,

Por lapso, o requerimento enviado ontem pelo Bloco de Esquerda (664/XII) foi dirigido ao Vice-presidente, quando os membros do governo com competência na matéria são o Presidente do Governo Regional e o Subsecretário Regional da Presidência.

Solicita-se, por isso, a substituição do requerimento.

Em anexo, o requerimento correto.

Cumprimentos,

João Cordeiro
Assessor GPBE

**Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

Assunto: Investimentos no sector espacial na ilha de Santa Maria

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Exa. para efeito de admissão, requerimento com perguntas e solicitação de documentos, dirigido ao Governo Regional, nomeadamente à Presidência do Governo Regional dos Açores e à Subsecretaria Regional da Presidência.

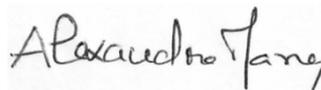
Vila do Porto, 27 de junho de 2023

Com os melhores cumprimentos,

O Grupo Parlamentar do BE/Açores



(António Lima)



(Alexandra Manes)

Exm.º Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores

Exm.º Sr. Subsecretário Regional da Presidência

As condições naturais da ilha de Santa Maria – como a localização geográfica e as condições atmosféricas – e as vantagens conferidas pela existência de um ecossistema baseado em tecnologia de ponta, como é o sector aeronáutico e do espaço, fazem com que o seu potencial de crescimento nesta matéria seja enorme.

INFRAESTRUTURAS ATUAIS

A ilha de Santa Maria tem já instalado um conjunto de infraestruturas e equipamentos relacionados com o espaço, nomeadamente uma das estações previstas no âmbito da Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais (RAEGE) e o Teleporto, este último operado pela empresa Edisoft (uma joint venture entre a empresa privada Thales e as entidades públicas NAV Portugal e IdD Portugal Defense) e que reúne várias infraestruturas de base espacial pertencentes a entidades externas à Região Autónoma dos Açores – entre outros, uma Estação de Rastreamento de Lançadores de Satélites da Agência Espacial Europeia, uma Estação do Programa Galileo da União Europeia, uma estação da Organização Europeia para a Exploração de Satélites Meteorológicos (EUMETSAT) e um radar de rastreamento de lixo espacial da empresa norte-americana LeoLabs, assim como uma antena de 15m, proveniente de Perth (Austrália) cedida pela Fundação da Ciência e Tecnologia e pelo Governo Regional dos Açores à Agência Espacial Portuguesa.

ANTENA DE 15M DA PT SPACE

Com base num acordo assinado a 29 de agosto de 2016 entre a Agência Espacial Europeia, o Estado Português e a Região Autónoma dos Açores, foi instalada nos terrenos da Região Autónoma dos Açores, onde se encontram as infraestruturas da Estação de Rastreamento de Santa Maria (atualmente conhecida como Teleporto) uma antena paraboloide de 15 metros para utilização no âmbito de várias missões espaciais. A sua posse foi cedida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia à Agência Espacial Portuguesa, tendo a Região Autónoma dos Açores assegurado a construção da respetiva torre de suporte e módulo de comando no supramencionado prédio (Anúncio n.º 31/2018 de 12 de fevereiro de 2018) com o intuito de ceder o terreno e utilização da infraestrutura à Agência Espacial Portuguesa, para que, por si, ou através de concessionário, garanta a rentabilidade das atividades nela desenvolvidas, tendo em

vista maximizar o uso da antena, explorando todas as possibilidades de negócios (Resolução do Conselho do Governo n.º 108/2019 de 14 de outubro de 2019).

Em março de 2022, o Conselho de Governo aprovou a Resolução que autoriza a cedência de utilização, a título gratuito, à Agência Espacial Portuguesa – Portugal Space, do prédio urbano, constituído por edifício de um piso destinado a serviços, sito ao lugar de Roças no Pico das Flores, freguesia de São Pedro, concelho de Vila do Porto, incluindo todo o recheio e equipamento existente nesse mesmo prédio, por um período de 20 anos.

Em janeiro de 2023 a Agência Espacial Portuguesa lançou um procedimento público (Anúncio de Procedimento n.º 1/2023 de 24 de janeiro de 2023) para “Cedência de utilização e atribuição do direito de exploração de uma antena, respetiva torre de suporte, terrenos onde aquela se encontra instalada e infraestruturas adjacentes e de suporte”, não tendo havido qualquer publicação de celebração de contrato subsequente no portal base.

PORTO ESPACIAL

A construção de um Porto Espacial para o lançamento de pequenos satélites tinha entrada em funcionamento inicialmente prevista para o verão de 2021.

O primeiro concurso público para este efeito, lançado pelo Governo Regional em março de 2019, resultou na exclusão dos dois concorrentes que chegaram à fase final, tendo um dos consórcios posteriormente impugnado a decisão em tribunal.

Ultrapassado o contencioso judicial, no dia 6 de abril de 2022, o Governo Regional autorizou “a abertura de um procedimento de concurso limitado por prévia qualificação, com vista ao estabelecimento de um contrato de concessão de obra pública - Conceção, Projeto, Construção, Financiamento, Operação e Exploração, e Conservação do um Porto Espacial, localizado na ilha de Santa Maria” (Resolução do Conselho do Governo n.º 54-A/2022, de 6 de abril).

Neste mesmo dia, o Governo informou que, antes do lançamento do novo concurso, seria necessário realizar um estudo económico-financeiro e um estudo de impacto ambiental, e a secretária regional com a tutela da área do Espaço na altura afirmou que “o novo caderno de encargos seria menos exigente”.

Mais de um ano depois estes estudos não são conhecidos e o novo concurso público ainda não foi lançado.

CENTRO TECNOLÓGICO ESPACIAL DE SANTA MARIA

Entretanto, em dezembro de 2022 foi anunciada a criação do Centro Tecnológico Espacial de Santa Maria, que se prevê permitir a aterragem do “Space Rider” – o vaivém espacial da Agência Espacial Europeia – e o lançamento de voos suborbitais.

O coordenador da Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço, Paulo Quental, anunciou o arranque desta nova infraestrutura para o primeiro semestre de 2023, referindo estarem a ser “estudadas as necessidades” para acolher a aterragem do “Space Rider”, tendo o Conselho de Governo aprovado, entretanto, a Estratégia dos Açores para o Espaço, que prevê o lançamento de voos suborbitais já partir de outubro de 2023.

Em janeiro de 2023 foi concretizada a cedência do terreno para a instalação do Centro Tecnológico Espacial de Santa Maria, pela Câmara Municipal de Vila do Porto à Agência Espacial Portuguesa.

No dia 15 de junho de 2023, no programa “Grande Debate” da RTP Açores, o presidente da Agência Espacial Portuguesa, Ricardo Conde, afirmou que “entre 2023 e 2024, nós vamos investir 8 milhões de euros em Santa Maria, não só para revitalizar algumas componentes da questão Teleporto, mas também lançar a capacidade de retorno e acesso ao espaço”.

SEDE DA AGÊNCIA ESPACIAL PORTUGUESA

Em janeiro de 2022, o Governo Regional anunciou a realização de uma empreitada com valor superior a 1 milhão de euros para requalificar e adaptar a antiga Casa do Diretor do Aeroporto de Santa Maria, em Vila do Porto, assim como as suas áreas adjacentes, para garantir a instalação da sede da Agência Espacial Portuguesa – Portugal Space, tendo a mesma sido adjudicada em julho de 2022.

Considerando que a população de Santa Maria está há vários meses sem qualquer informação oficial sobre o ponto de situação destes investimentos, apesar de o Governo já ter assumido no passado que “tem o maior interesse, em manter, em particular a população de Santa Maria [...] plenamente esclarecida”.

Assim, nos termos estatutários e regimentais, o Grupo Parlamentar do BE/Açores solicita a V.ª Ex.ª resposta às seguintes questões:

1 – O estudo económico-financeiro relacionado com o projeto do Porto Espacial já está concluído? Caso esteja concluído solicita-se envio de cópia. Caso não esteja concluído, para quando se prevê a sua conclusão? Que entidade está a realizar este estudo?

2 – O estudo de impacto ambiental relacionado com o projeto do Porto Espacial já está concluído? Caso esteja concluído solicita-se envio de cópia. Caso não esteja concluído, para quando se prevê a sua conclusão? Que entidade está a realizar este estudo?

3 – Em que medida será o novo caderno de encargos menos exigente do que o anterior, como afirmou a anterior secretária regional com a pasta da Ciência e Tecnologia?

4 – Em que data foi realizada a última sessão pública de esclarecimento à população de Santa Maria sobre o projeto de construção do Porto Espacial, e para quando está prevista a próxima sessão pública de esclarecimento com este objetivo?

5 – Relativamente ao Centro Tecnológico Espacial de Santa Maria, quais foram os desenvolvimentos desde a concretização da cedência do terreno pela autarquia de Vila do Porto?

6 – O Governo Regional mantém a previsão do lançamento dos primeiros voos suborbitais para outubro de 2023? Se houve alguma alteração nesta previsão, quais as justificações e qual a nova previsão?

7 – O Governo Regional confirma que serão investidos os 8 milhões de euros anunciados pelo presidente da Agência Espacial Portuguesa para 2023 e 2024 em Santa Maria? A que se destina, concretamente, esta verba de 8 milhões de euros e qual a proveniência dos valores do investimento?

8 – Tendo em conta que o Governo avançou com a obra da antiga “Casa do diretor do Aeroporto” que se destina a instalar a sede da Agência Espacial Portuguesa, quando se prevê que a mesma esteja concluída e de que forma a Agência Espacial Portuguesa prevê a sua utilização?

9 – Tendo em conta as condições especiais de que a empresa Edisoft usufrui no uso de terrenos e infraestruturas da Região Autónoma dos Açores para prossecução dos seus objetivos comerciais, de que forma estão contratualizadas contrapartidas para a Região Autónoma dos Açores? Como é feita a avaliação do seu cumprimento pelo Governo Regional?

10 – Qual foi o desfecho do processo de “cedência de utilização e atribuição do direito de exploração de uma antena, respetiva torre de suporte, terrenos onde aquela se encontra instalada e infraestruturas adjacentes e de suporte”, que teve origem no Anúncio de Procedimento n.º 1/2023 de 24 de janeiro de 2023, lançado pela PT Space, que a Região Autónoma dos Açores integra?

11 – Tendo em conta que a Antena de 15M se encontra dentro do perímetro explorado pela Edisoft, de que forma foi – ou será – garantida a igualdade de oportunidade a todos os concorrentes interessados na sua exploração?

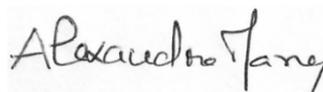
Nos termos estatutários e regimentais, o Grupo Parlamentar do BE/Açores solicita também:

- Cópia de todos os contratos, protocolos, acordos (ou outro tipo de documento) celebrados entre o Governo Regional ou qualquer entidade pública com a Edisoft.

O Grupo Parlamentar do BE/Açores



(António Lima)



(Alexandra Manes)

Vila do Porto, 27 de junho de 2023